

China - uma potência global?

Semí Cavalcante de Oliveira

Introdução

Nos últimos 10 anos, algumas publicações, periódicas ou não, insistem em lançar questionamentos sobre o presente e o futuro da China. É a próxima potência hegemônica global? É o único país com chances reais de superar militar e economicamente os Estados Unidos? Da mesma forma, apresentam a China como a “fábrica do mundo”.

As revistas semanais aguçam nossa curiosidade com reportagens belíssimas, às vezes, com alguma profundidade e embasamento histórico. A revista *Veja*, em sua edição nº. 31, de 9 de agosto de 2006, levantou algumas questões a respeito da economia e sociedade chinesas, sobre as quais vale a pena refletir e até mesmo estabelecer alguns paralelos com o Brasil.

- Como uma economia capitalista pode progredir em ritmo tão extraordinário em uma sociedade oficialmente ainda comunista?
- Como pode a China atrair para seu território as maiores empresas do mundo quando se sabe que o ambiente de negócios ali é manchado por elevados níveis de corrupção?
- Como pode encantar o mundo um país que executa cerca de 1000 prisioneiros por ano ao cabo de ritos sumários, discrimina mulheres, proíbe a religião, censura a imprensa e a internet?
- Como uma nação pode acumular um trilhão de dólares em divisas (Reservas Cambiais)?
- Como pode manter com os EUA uma relação simbólica que a potência hegemônica do planeta jamais se permitiu ter com nenhuma outra.
- Como a economia mundial se tornou dependente da corrente de riquezas que une China e EUA?
- Como um país que possui 800 milhões de camponeses ainda alijados do surto de progresso, em três décadas, já arrancou outros 400 milhões da miséria?

O Estudo da história exige procedimentos elaborados e complexos, na medida em que se constitui resultado de um processo de construção. Não se trata, portanto, de simplesmente buscar informações, mas de produzir o conhecimento. Nesse sentido, não se pode imputar à história o simples papel de “profeta”, ou seja, conhecer o passado, para entender o presente e projetar o futuro.

Contudo, estudar a história de um povo, de um país, de uma cultura, remete às suas origens, dinâmica e contradições, permitindo entender seu modo de viver, pensar e agir, em cada época de sua cronologia. Esse é, sem dúvidas, um bom caminho, porém não o único, para estabelecer e perceber o legado de um povo, identificando, ao longo da história, semelhanças e diferenças, mudanças e permanências.

O mundo oriental: o caso da China

O Egito faraônico, o Japão, a Índia e a China foram civilizações que se destacaram na Antigüidade Oriental. Apesar de evidenciarem diversidade de características e situações específicas, apresentaram vários pontos em comum. O isolamento em relação à Ásia Ocidental e à continuidade cultural foram os principais. No caso do Egito Antigo, esses pontos encerraram-se na antigüidade, mas no Extremo Oriente, sob certos aspectos, estão presentes até hoje.

Na China, pelo menos até 1911, o Estado organizou-se sob a forma de uma teocracia, absoluta e autocrática, no qual o Imperador era considerado sagrado. Quando este não exercia o papel de “o escolhido ou filho de Deus, era o próprio deus”.

A economia era de base agrária, o que originou rígidos sistemas de estratificação, semelhantes à sociedade de castas indiana. Esse tipo de economia evoluiu para uma produção artesanal de luxo, que era exportada pelo porto de Chong, na região do Cantão, o único autorizado a comercializar com o exterior. Só a partir da implantação da República Popular Socialista, em 1949, iniciou-se o investimento em indústria pesada.

O Império Chinês foi o mais vasto da Ásia, compreendendo, além da China, o Turquestão, o Tibete, a Mongólia, a Manchúria, e exerceu forte influência sobre Anã e Coréia.

Desde o século XVIII, quando iniciou sua dominação sobre a Índia, a Companhia das Índias Orientais, capitaneada pela Inglaterra, dominou o comércio com a China, principalmente o ópio, que era cultivado na Índia e exportado livremente na China. O decreto imperial chinês de 1729, proibindo o uso e a comercialização do ópio, não conseguiu inibir esse vil mercado. Na realidade, houve estímulo, pois com o contrabando, os preços se elevaram e os lucros da Companhia e dos intermediários aumentaram. No segundo quartel do século XIX, o ópio representava metade das exportações inglesas para a China. O uso do ópio era tão recorrente na sociedade imperial chinesa que até a mãe do último Imperador morreu viciada.

A China no contexto imperialista

O aumento do rigor no combate ao tráfico do ópio por parte das autoridades chinesas, levou a Inglaterra a declarar guerra à China. As três guerras do ópio, de 1840 a 1842 e 1856 a 1858, vencidas pela superioridade bélica dos ingleses, levou a China a submeter-se aos Tratados de Nanquim (1842) e Pequim (1860), que impunham pesadas indenizações de guerra, e obrigavam os chineses a abrir novos portos ao comércio internacional, ceder Hong Kong aos ingleses e acatar o princípio da extraterritorialidade, que determinava a independência, autonomia e liberdade dos ingleses em relação às leis chinesas.

As batalhas perdidas para os ingleses demonstraram a fragilidade da região, que era estratégica militar e economicamente para a dominação da Ásia. Essas derrotas abriram a China à corrida imperialista. Outras nações impuseram tratados desvantajosos aos chineses. Em 1860, por meio do Tratado de Aigum, a Rússia conseguiu fundar o porto de Vladivostok, na região do rio Amur, saída para o Oceano Pacífico.

Após a guerra sino-japonesa (1894 -1895), a China derrotada foi obrigada a reconhecer a independência da Coréia e ceder ao Japão as Ilhas de Formosa e dos Pescadores, além dos portos de Artur e Daireu, na península de Liao Tung. Por pressões dos EUA e de potências européias que temiam o

aumento da influência do Japão na Ásia, esse foi obrigado a devolver à China as referidas Ilhas. Entretanto, a independência da Coréia foi mantida.

No final do século XIX, a China assemelhava-se a uma “colcha de retalhos”, partilhada em áreas ou zonas de influência de sete países imperialistas: Japão, Estados Unidos, Rússia, Itália, Alemanha, Inglaterra e França.

No decorrer do processo de partilha neocolonial, ocorreram vários movimentos de resistência, tanto ao elemento imperialista ou estrangeiro, como aos membros da família real da dinastia Tsing, cuja origem era da Manchúria e não aceita integralmente pelo povo chinês, que os considerava estrangeiro. Os dois principais movimentos de resistência ao imperialismo foram a Revolta dos Taipings (1851–1864) e a Revolta dos Boxers (1900–1901), a primeira de tendência igualitária e progressista, a segunda de repúdio a tudo que representava o ocidente. Todas as revoltas foram aniquiladas pelas potências ocidentais com o apoio da dinastia no poder.

A Formação da República Popular da China

A constituição de uma República Popular Socialista na China foi resultado de um longo processo de luta, que ocupou todo o período entre as duas grandes guerras mundiais. A queda da Monarquia em 1911, seguida de uma revolução burguesa e da tomada de poder pelo Kuomintang, ou seja, Partido Nacionalista do Povo, cujo líder era Chang Kai-shek, mergulhou a China em uma sangrenta guerra civil que durou de 1927 a 1937.

A partir de 1927, o Partido Nacionalista do Povo, financiado pelas potências imperialistas, derrotou as forças comunistas que, aproveitando-se da fragilidade do período de transição, buscavam a tomada do poder. Após a derrota, os comunistas, liderados pelo lendário Mao Tsé-tung, iniciaram a Grande Marcha (1934–1935) para o Norte onde ocuparam vasto território. Estabelecidos na região, Mao Tse-tung dá início à socialização da terra, eliminando os latifúndios e as coletorias de impostos. Os comunistas obtiveram apoio dos pequenos camponeses e proprietários, além de intelectuais, operários e de significativos segmentos da burguesia nacional que ainda não haviam sido cooptadas pelo Kuomintang ou pelos japoneses.

Durante a guerra civil, em 1931, os japoneses iniciaram a conquista da China a partir da Manchúria, que se estendeu pelo Norte até a costa. A resistência ao ocupante nipônico vem das fileiras inflamadas dos comandados de Mao Tse-tung, com mais de dois milhões de camponeses, utilizando táticas de guerrilha, já que os partidários de Kai-shek foram incapazes de oferecer qualquer tipo de resistência.

A ocupação japonesa e o posicionamento dos comunistas frente ao invasor abriram a possibilidade da formação das Frentes Populares, em 1936, que eram unidades de resistência e, conseqüentemente, a homologação dos limites das áreas dominadas pelos comunistas e pelo Kuomintang. Mesmo com a ajuda financeira dos Estados Unidos e Inglaterra, Chang Kai-shek foi incapaz de organizar uma máquina administrativa eficiente em seus domínios, onde imperava a corrupção.

A derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial foi determinante para a assinatura de um acordo bilateral entre o Kuomintang e os Maoístas. Os primeiros influenciados pelos EUA, não respeitaram os limites do acordo e invadiram as áreas controladas por Mao. Em 1949, apesar da precariedade dos instrumentos bélicos, o exército popular do Partido Comunista derrotou as forças de Kai-shek. Este, escoltado pela marinha americana, exilou-se na Ilha de Formosa (Taiwan), não reconhecendo o governo comunista da China Continental.

A Formação da República Popular Socialista

As primeiras reformas estruturais implementadas pelo governo comunista apontavam para a socialização. Contudo, o principal objetivo era a recuperação do país destruído, tanto pela guerra civil, como pela guerra contra o invasor japonês.

Os protagonistas da recuperação chinesa foram os Planos Quinquenais. O primeiro plano executado de 1953 a 1957 seguia o modelo soviético e priorizava o desenvolvimento da indústria pesada. O meio rural foi coadjuvante, enquanto o urbano ganhou mais atenção do Partido Comunista. No campo político e militar, o plano, priorizava a centralização das decisões nas mãos do Partido Comunista Chinês. Os resultados do primeiro plano quinquenal foram satisfatórios, mas muitos segmentos da sociedade, que foram vitais na conquista comunista, não foram atendidos. Tal situação levou a direção do Partido a rever suas atitudes, promovendo um endurecimento no modelo de expropriação, levando praticamente a totalidade da sociedade a assumir formas de cooperativas.

O Grande Salto para Frente, foi como ficou conhecido o segundo plano quinquenal, implantado de 1958 a 1962. A partir desse momento, foram estabelecidas as Comunas Populares, cujo significado histórico foi a volta dos camponeses ao centro do palco revolucionário. O segundo plano destacou a socialização do campo e o desenvolvimento da agricultura. O período de 1959 a 1965 foi utilizado para um ajustamento do plano, objetivando a integração dos setores agrícola e industrial. Nesse período, foi criado o Movimento de Educação Socialista (MES), o grande responsável pela mobilização e educação do campesinato.

O movimento de Educação Socialista foi a base para a revolução cultural iniciada em 1965, sob a liderança de Mao Tse-tung que, inclusive, estava afastado da presidência do Partido. A revolução cultural buscou incisivamente estimular a iniciativa das massas populares, principalmente àqueles que não pertenciam formalmente ao Partido, por meio da queda das barreiras burocráticas, que era o grande obstáculo à participação política. O fervor revolucionário também foi estimulado, pois os dirigentes do Partido acreditavam que era a melhor forma de aumentar a produtividade.

O Movimento de Educação Socialista, além de atingir os objetivos específicos determinados pelo Partido Comunista, preparou a China para o grande desenvolvimento econômico e social, evidenciados no final do século XX e início de século XXI. Os dados que seguem demonstram, em comparação com o Brasil, os resultados positivos do MES e da Revolução Cultural.

	CHINA	BRASIL
Taxa de analfabetismo	4%	10%
Taxa de jovens na universidade	21%	19%
Graduados em carreiras tecnológicas (por ano)	1 milhão	94 mil
Ph.D. (por 100 mil hab.)	88	63
Artigos publicados em periódicos científicos internacionais (em relação à produção mundial)	5,9	1,8

FONTE: MEC/China – MEC/Brasil e Unesco

NOTA: Dados relativos aos anos de 2004-2005.

Os dados dos Ministérios da Educação da China e do Brasil, relativos aos anos de 2004 e 2005, comprovam que a China ganhou com o pesado investimento em educação e caminha a passos largos para se tornar a grande líder do século XXI.

A China Rumor ao Século XXI

A partir do início da década de 1960, a China se afastou da União Soviética e se aproximou do bloco de países conhecido como de Terceiro Mundo, inclusive, promovendo ajuda econômica a alguns deles. Os primeiros países que se aproximaram política e economicamente da China, foram o Vietnã, Paquistão, Zâmbia, Tanzânia e Albânia. Vale destacar que em 1961, o presidente do Brasil, Jânio Quadros, enviou à China comunista, seu vice-presidente João Goulart e uma comitiva de empresários a fim de ampliar as relações comerciais entre os dois países, fato que abriu uma crise política no Brasil, que aliada a outros fatores, culminou no golpe militar de 1964.

Essa postura chinesa no âmbito internacional lhe rendeu alguns créditos, entre os quais sua admissão na Organização das Nações Unidas – ONU em 1971, e o restabelecimento das relações diplomáticas com os EUA. O então presidente dos EUA, Richard Nixon, realizou uma visita histórica a Pequim em fevereiro de 1972.

Com a morte de Mao Tse-tung em 1976, foram travadas as esperadas disputas pelo poder entre seus principais assessores. Hua Kuo-feng com o apoio do então ministro da Defesa, Yeh Chien-ying e do vice-presidente do Partido Comunista, Deng Chiao-ping, assumiu o poder. A nova direção colocou um fim na revolução cultural e afastou da cúpula do Partido os radicais de esquerda. Determinou também, como foco do desenvolvimento econômico as “Quatro Modernizações”, que priorizava os setores industrial, agrícola, cultural e defesa. A palavra modernização era um forte indício de aproximação com o ocidente.

O distanciamento da China em relação à União Soviética representou o primeiro sinal de desgaste no seio do bloco socialista. E a liderança que a China assumiu a partir das décadas de 1960 e 1970, significou, no contexto internacional, uma crítica ao modelo imposto pelos soviéticos e americanos.

Considerações Finais

A partir da implantação das quatro modernizações e de uma gradativa, porém contínua, abertura ao ocidente e ao capitalismo, a China candidatou-se à posição de superpotência mundial. A especificidade do seu povo e a pesada mão do Partido, que ainda impõe uma rigorosa vigilância no mundo privado dos chineses, contribuiu, sob certos aspectos, para a conquista dessa posição no cenário internacional atual.

A China não tem medo ou vergonha de copiar ou melhorar tudo que deu certo no ocidente. Investiu maciçamente em educação, na preservação de sua identidade cultural, na valorização de sua história e, principalmente, na formação de cientistas. Todas as áreas do saber e toda a atividade humana são alvos de investimentos e de um rigoroso controle do governo chinês.

Se a abertura política acompanhar o ritmo da abertura econômica, de forma gradativa, a China vai se constituir em poucas décadas em um verdadeiro império global que a Europa e os EUA necessitaram de séculos para construir.

Referências

ARBIX G. *et al.* **Brasil, México, África do Sul, Índia e China** – diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo: Edusp, 2002.

BOLETIM DA UNESCO. **Relatório 2004/2005**, Brasília, v. 45, dez. 2005.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MASIERO, Gilmar. **Negócios com Japão, Coréia do Sul e China**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

RIBEIRO, W. C. **Relações internacionais**. São Paulo: Scipione, 2000.

SHIN, Wong K. **A China explicada para brasileiros**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VEJA. São Paulo, n.31, ago. 2006. 93 p.

VESENTINI, J. W. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. Campinas: Papyrus, 2005.